

estudos e pesquisas

Nº 54 – Agosto de 2010

Balanço das negociações dos reajustes salariais no 1º semestre de 2010

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2010

Aproximadamente 97% das 290 negociações salariais registradas no primeiro semestre de 2010, pelo Sistema de Acompanhamento de Salários mantido pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, conquistaram reajustes salariais iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE¹, acumulada desde o último reajuste. Trata-se de um desempenho melhor que o obtido pelas mesmas 290 unidades de negociação nos anos de 2008 e 2009, quando o percentual de negociações com reajustes iguais ou superiores ao índice foi, respectivamente, 87% e 93%.

A melhora no resultado dos reajustes em 2010 frente ao observado nos dois anos anteriores é um indicativo do bom momento por que passa a negociação coletiva brasileira, em sintonia com a evolução dos indicadores econômicos do país.

Resultados

No primeiro semestre de 2010, cerca de 88% das unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE conquistaram aumentos reais nos salários, tendo por base a inflação medida pelo INPC-IBGE. Esse resultado é mais do que 10 pontos percentuais superior ao observado para as mesmas unidades de negociação em 2008 e 2009, como pode ser observado na Tabela 1.

Contudo, a proporção dos aumentos reais em percentuais próximos do índice inflacionário continua elevada. Aproximadamente 63% dos reajustes em 2010 resultaram em ganhos reais de até 2% acima da inflação. É pouca a diferença em relação aos dois anos anteriores: 65% dos reajustes de 2008 e 64% dos reajustes de 2009 obtiveram aumentos reais equivalentes. Ainda assim, nota-se que em 2010 houve um sensível crescimento no número de negociações com aumentos reais acima desse patamar, pois cerca de 25% dos reajustes analisados resultaram em aumentos reais superiores a 2%. Em 2008, o percentual de negociações acima dessa faixa de ganho totalizava 11% e em 2009, 12%. Quanto aos aumentos reais acima de 3%, em 2010 representaram 12% do painel. Em 2008, 4% e em 2009, 5%. Vale ressaltar ainda que o número de reajustes acima de 5% do INPC-IBGE mais que triplicou entre 2009 e 2010, passando de 5 para 16 negociações.

A maior incidência de reajustes iguais ou acima do INPC-IBGE no primeiro semestre de 2010 resulta, consequentemente, na menor ocorrência de reajustes insuficientes para repor

¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principal índice inflacionário utilizado nas negociações salariais de todo o país.

o poder de compra dos salários entre os três anos analisados. De fato, apenas 3% dos reajustes salariais em 2010 – frente aos 13% de 2008 e aos 7% de 2009 – ficaram abaixo da inflação. Além disso, os reajustes menores que a inflação se concentraram na faixa de até 1% abaixo do INPC-IBGE. Em 2008 e 2009 houve reajustes com perdas maiores.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008 a 2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	218	75,2	222	76,6	255	87,9
Mais de 5% acima	-	-	5	1,7	16	5,5
De 4,01% a 5% acima	2	0,7	4	1,4	5	1,7
De 3,01% a 4% acima	8	2,8	4	1,4	13	4,5
De 2,01% a 3% acima	21	7,2	22	7,6	39	13,4
De 1,01% a 2% acima	76	26,2	50	17,2	65	22,4
De 0,01% a 1% acima	111	38,3	137	47,2	117	40,3
Igual ao INPC-IBGE	35	12,1	47	16,2	26	9,0
De 0,01% a 1% abaixo	35	12,1	17	5,9	9	3,1
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	2	0,7	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	1	0,3	1	0,3	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	1	0,3	1	0,3	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	37	12,8	21	7,2	9	3,1
Total	290	100,0	290	100,0	290	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo os setores econômicos

Para a análise do desempenho das negociações dos reajustes salariais por setor econômico, serão apresentadas três tabelas – uma para cada setor analisado, a saber: indústria, comércio e serviços – com a distribuição dos respectivos reajustes, em comparação com o INPC-IBGE. Em cada tabela serão comparados os reajustes obtidos pelas mesmas unidades de negociação no período de 2008 a 2010².

² Em todas as tabelas deste estudo, as informações anuais comparadas referem-se às mesmas unidades de negociação.

Em 2010, as negociações acompanhadas pelo SAS-DIEESE dos trabalhadores na indústria apresentaram um desempenho melhor do que as realizadas pelas mesmas unidades de negociação em 2008 e, principalmente, em 2009, como pode ser visto na Tabela 2.

TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais na indústria em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008 a 2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	103	83,1	96	77,4	109	87,9
Mais de 5% acima	-	-	2	1,6	2	1,6
De 4,01% a 5% acima	2	1,6	1	0,8	3	2,4
De 3,01% a 4% acima	5	4	-	-	4	3,2
De 2,01% a 3% acima	13	10,5	6	4,8	24	19,4
De 1,01% a 2% acima	43	34,7	22	17,7	34	27,4
De 0,01% a 1% acima	40	32,3	65	52,4	42	33,9
Igual ao INPC-IBGE	10	8,1	17	13,7	12	9,7
De 0,01% a 1% abaixo	11	8,9	8	6,5	3	2,4
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	2	1,6	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	-	-	1	0,8	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	-	-	-	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	11	8,9	11	8,9	3	2,4
Total	124	100,0	124	100,0	124	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Em 2009, as negociações da indústria foram afetadas pela crise econômica internacional. A reação do setor frente à crise – como já apontado pelo DIEESE em estudos anteriores – deu-se, principalmente, pela redução do pessoal ocupado, por meio de demissões, e pela diminuição da produção, via concessão de férias coletivas e redução temporária das jornadas, com redução ou não dos salários. Sobre os reajustes salariais, o impacto da crise se fez notar pelo aumento no número de negociações que apenas zeraram a inflação e das que obtiveram aumentos reais muito próximos ao índice. Em 2010, com os sinais evidentes da retomada do crescimento econômico, nota-se que as negociações da indústria analisadas neste estudo conseguiram não só repetir o desempenho observado em 2008, como até mesmo superá-lo.

No primeiro semestre deste ano, apenas 2% de reajustes salariais da indústria ficaram abaixo do INPC-IBGE. Nos dois anos anteriores, esse percentual chegou a quase 9%. Quanto

aos aumentos reais, em 2010, ocorreram em 88% das unidades de negociação, frente a 83%, em 2008, e 77%, em 2009. Deve-se destacar, também, o aumento na proporção de reajustes com ganhos reais acima de 2%: foram 27% do painel do setor em 2010; 13%, em 2008; e 7%, em 2009.

No comércio o desempenho foi ainda mais representativo da retomada do crescimento da economia. A Tabela 3 revela que apenas uma das 37 unidades de negociação acompanhadas no setor – 3% do painel – apresentou reajuste insuficiente para a reposição das perdas inflacionárias; enquanto as outras 36 informações, equivalentes a aproximadamente 97% do total, conquistaram aumentos reais nos salários. A proporção dos reajustes abaixo da inflação nos anos de 2008 e 2009 foi, respectivamente, de 14% e 5%; e a dos reajustes acima da inflação, cerca de 84% nos dois anos.

Apesar do quadro positivo da negociação no comércio, nota-se que os reajustes no setor se concentraram fortemente na menor faixa de ganho real da tabela, que corresponde a ganhos de até 1% acima do INPC-IBGE.

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais no comércio em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008 a 2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	31	83,8	31	83,8	36	97,3
Mais de 5% acima	-	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% acima	-	-	1	2,7	-	-
De 3,01% a 4% acima	-	-	3	8,1	6	16,2
De 2,01% a 3% acima	-	-	2	5,4	2	5,4
De 1,01% a 2% acima	12	32,4	6	16,2	9	24,3
De 0,01% a 1% acima	19	51,4	19	51,4	19	51,4
Igual ao INPC-IBGE	1	2,7	4	10,8	-	-
De 0,01% a 1% abaixo	4	10,8	2	5,4	1	2,7
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	1	2,7	-	-	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	-	-	-	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	5	13,5	2	5,4	1	2,7
Total	37	100,0	37	100,0	37	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Dentre os setores analisados, o de serviços é o que apresenta a maior proporção de reajustes abaixo do INPC-IBGE. No entanto, percebe-se nos serviços o mesmo comportamento de redução no número de negociações com reajustes insuficientes para recompor o poder de compra dos salários visto nos outros setores. Como pode ser observado na Tabela 4, no primeiro semestre de 2010, cerca de 4% dos reajustes do setor ficaram abaixo da inflação. Nos dois anos anteriores, essa proporção foi de 16%, em 2008, e 6%, em 2009.

Outra característica importante das negociações do setor é o grande número de reajustes em percentuais acima de 5% de ganho real. Em sua maioria, referem-se a negociações de trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, cujos salários costumam ser muito próximos ao valor do salário mínimo oficial e que, por isso, refletem os efeitos da valorização desse salário.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais em serviços em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008 a 2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	84	65,1	95	73,6	110	85,3
Mais de 5% acima	-	-	3	2,3	14	10,9
De 4,01% a 5% acima	-	-	2	1,6	2	1,6
De 3,01% a 4% acima	3	2,3	1	0,8	3	2,3
De 2,01% a 3% acima	8	6,2	14	10,9	13	10,1
De 1,01% a 2% acima	21	16,3	22	17,1	22	17,1
De 0,01% a 1% acima	52	40,3	53	41,1	56	43,4
Igual ao INPC-IBGE	24	18,6	26	20,2	14	10,9
De 0,01% a 1% abaixo	20	15,5	7	5,4	5	3,9
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	1	0,8	1	0,8	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	21	16,3	8	6,2	5	3,9
Total	129	100,0	129	100,0	129	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo as atividades econômicas

A observação dos dados apresentados na Tabela 5 reforça a análise feita pelo DIEESE nos balanços dos reajustes salariais anteriores, de que as categorias profissionais estão conseguindo colocar nas mesas de negociação a reposição da inflação passada como um patamar mínimo para os reajustes salariais.

TABELA 5
Total de reajustes salariais e número e porcentagem de resultados iguais ou superiores ao INPC-IBGE, por setor e atividade econômica
Brasil, 2008 a 2010

Setor / Atividade Econômica	Reajustes iguais ou acima do INPC-IBGE						Total de Reajustes	
	2008		2009		2010			
	nº	%	nº	%	nº	%		
INDÚSTRIA	113	91,1	113	91,1	121	97,6	124	
Alimentação	13	100,0	12	92,3	13	100,0	13	
Construção e Mobiliário	30	96,8	28	90,3	31	100,0	31	
Gráfica	9	90,0	10	100,0	10	100,0	10	
Metalúrgica	21	91,3	21	91,3	23	100,0	23	
Química e Farmacêutica	9	100,0	7	77,8	9	100,0	9	
Urbana	9	69,2	11	84,6	11	84,6	13	
Vestuário	14	93,3	14	93,3	15	100,0	15	
COMÉRCIO	32	86,5	35	94,6	36	97,3	37	
Varejista e Atacadista	24	85,7	28	100,0	28	100,0	28	
Minérios e Derivados de Petróleo	7	87,5	7	87,5	7	87,5	8	
SERVIÇOS	108	83,7	121	93,8	124	96,1	121	
Bancos e Seguros Privados	6	85,7	7	100,0	7	100,0	7	
Comunicação	11	91,7	9	75,0	12	100,0	12	
Difusão Cultural	5	71,4	7	100,0	7	100,0	7	
Educação	22	84,6	25	96,2	25	96,2	26	
Processamento de Dados	3	60,0	3	60,0	5	100,0	5	
Segurança e Vigilância	13	100,0	13	100,0	12	92,3	13	
Serviços de Saúde	7	87,5	7	87,5	8	100,0	8	
Transportes	17	85,0	20	100,0	19	95,0	20	
Turismo e Hospitalidade	22	75,9	28	96,6	27	93,1	29	
Total	253	87,2	269	92,8	281	96,9	290	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: (1) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 5 ou mais negociações registradas no painel

(2) Nos totais por setor e total geral da tabela foram consideradas todas as unidades de negociação analisadas no estudo

Dentre as 18 atividades econômicas apresentadas na tabela, em 12 se observa a ocorrência de reajustes iguais ou acima do INPC-IBGE em todas as negociações registradas. Nas seis atividades restantes, metade manteve o mesmo percentual observado em 2009 – trabalhadores em indústrias urbanas, no comércio de minérios e derivados de petróleo e empregados em educação – e metade apresentou redução nesse percentual – empregados em turismo e hospitalidade, transportes e segurança e vigilância.

Boa parte das atividades econômicas nas quais houve redução no percentual de negociações com reajustes iguais ou acima da inflação em 2009 apresentou, em 2010, comportamento oposto. Em alguns casos, como se observa nas atividades da construção e mobiliário e de comunicação, houve aumento na proporção de negociações com desempenho mais favorável que no ano passado e melhor, inclusive, que o resultado de 2008.

Reajustes salariais acumulados no período 2008 a 2010

A distribuição dos reajustes salariais acumulados no período de 2008 a 2010, comparados à inflação acumulada em igual período, apurada pelo INPC-IBGE, sempre para as mesmas 290 unidades de negociação, pode ser observada na Tabela 6.

Do painel analisado, 258 unidades de negociação apresentaram reajustes que, quando acumulados nos três anos e descontada a inflação do período, resultaram em ganhos reais para os salários. Ou seja, 89% das unidades de negociação analisadas incorporaram, no acumulado das últimas três datas-base, aumentos reais nos salários.

Por outro lado, nota-se que cerca de 8% das unidades de negociação obtiveram reajustes insuficientes para recompor o valor real salários no fim do período – a maior parte, 6% do painel, concentrada na faixa de até 1% de perda. Quanto aos reajustes iguais à inflação, aproximadamente 3% do painel apresentaram esse resultado ao fim dos três anos.

No entanto, é preciso fazer uma ressalva quanto ao uso dos dados aqui apresentados. Os reajustes acumulados em períodos longos, assim como também os reajustes obtidos em uma única data-base, não podem ser tomados como indicadores do crescimento dos salários sem a consideração de outros fatores importantes para a análise, dentre os quais destaca-se a rotatividade da mão de obra nas empresas. Efetivamente, a rotatividade tem sido utilizada por empregadores como recurso para o rebaixamento dos salários, contornando o efeito dos reajustes salariais. Por isso, os reajustes acumulados serão tomados neste estudo apenas como um indicador do desempenho das negociações coletivas. Para a análise da evolução do valor real dos salários devem ser considerados outros fatores, os quais não serão tratados no presente balanço.

TABELA 6
Distribuição dos resultados dos reajustes salariais acumulados no período, em
comparação ao INPC-IBGE
Brasil, 2008 a 2010

Variação	2008 a 2010	
	nº	%
Acima do INPC-IBGE	258	89,0
Mais de 10% acima	15	5,2
De 9,01% a 10% acima	5	1,7
De 8,01% a 9% acima	6	2,1
De 7,01% a 8% acima	6	2,1
De 6,01% a 7% acima	8	2,8
De 5,01% a 6% acima	17	5,9
De 4,01% a 5% acima	16	5,5
De 3,01% a 4% acima	41	14,1
De 2,01% a 3% acima	44	15,2
De 1,01% a 2% acima	49	16,9
De 0,01% a 1% acima	51	17,6
Igual ao INPC-IBGE	8	2,8
De 0,01% a 1% abaixo	16	5,5
De 1,01% a 2% abaixo	4	1,4
De 2,01% a 3% abaixo	3	1,0
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	1	0,3
Abaixo do INPC-IBGE	24	8,3
Total	290	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais das negociações salariais

No primeiro semestre de 2010, assim como nos dois anos anteriores para as mesmas unidades de negociação, a forma mais recorrente de concessão dos reajustes salariais foi o pagamento em parcela única. Em todo o período analisado, esse percentual foi sempre superior a 90%, com poucas variações entre os anos. Os casos de parcelamento do reajuste são pouco significativos, assim como a ocorrência de negociações sem reajuste salarial (Tabela 7).

TABELA 7

**Número e percentual de reajustes salariais pagos em uma vez, na data-base ou posteriormente, de reajustes parcelados e de negociações sem reajustes salariais
Brasil, 2008 a 2010**

Condição	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Pagamento em uma vez	277	95,5	272	93,8	280	96,6
Pagamento parcelado	12	4,1	4	1,4	3	1,0
em 2 vezes	11	3,8	-	-	-	-
em 3 vezes	1	0,3	4	1,4	3	1,0
em 4 vezes ou mais	-	-	-	-	-	-
Sem reajuste	1	0,3	1	0,3	-	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto à concessão de reajustes escalonados³, observa-se, no primeiro semestre de 2010, uma pequena elevação no percentual de negociações que adotaram tal modalidade. Neste ano, cerca de 16% dos reajustes foram concedidos dessa forma. Nos anos anteriores, os percentuais foram 12%, em 2008 e 15%, em 2009. Quanto à concessão de reajustes juntamente com abonos salariais, houve um pequeno aumento no número de casos em 2010, mas que não chegou a configurar uma mudança no perfil das negociações dos reajustes (Tabela 8).

TABELA 8

**Número e porcentagem de casos de escalonamento e de concessão de abono salarial
Brasil, 2008 a 2010**

Condição	2008		2009		2010	
	nº	% ⁽¹⁾	nº	% ⁽¹⁾	nº	% ⁽¹⁾
Total de escalonamentos	35	12,1	44	15,2	46	15,9
<i>Escalonamento sem abono salarial</i>	33	11,4	38	13,1	35	12,1
<i>Abono salarial e escalonamento</i>	2	0,7	6	2,1	11	3,8
<i>Abono salarial sem escalonamento</i>	12	4,1	6	2,1	5	1,7
Total de abonos salariais	14	4,8	12	4,1	16	5,5

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: (1) Em relação ao total de unidades de negociação analisadas (290)

³ Aplicação de índices diferenciados de reajuste por faixa salarial, normalmente de forma progressiva, com variação de porcentagem inversamente proporcional ao nível de remuneração do trabalhador.

Considerações finais

O balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2010 revela que os resultados obtidos por 290 unidades de negociações registradas no SAS-DIEESE, no período, foram melhores do que aqueles observados nas mesmas negociações em 2008 e 2009.

A melhora no resultado semestral vem confirmar o bom momento da negociação coletiva dos trabalhadores brasileiros, ao menos no que tange à negociação de reajustes salariais. De fato, os resultados apresentados apontam não apenas para uma redução no percentual dos reajustes abaixo da inflação – o que indica que as entidades sindicais de trabalhadores estão conseguindo fazer da reposição das perdas inflacionárias o patamar mínimo da negociação dos reajustes salariais –, como também para a conquista de aumentos reais maiores. No entanto, é preciso considerar que grande parte das negociações analisadas ainda se concentra nas menores faixas de ganhos reais. A título de exemplo, cerca de 40% dos reajustes registrados no primeiro semestre deste ano se encontram na faixa de ganho real de até 1% acima do INPC-IBGE.

Dentre os fatores que contribuíram para o resultado dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2010, devem ser destacados a retomada vigorosa do crescimento econômico brasileiro, com reflexos no aumento da contratação de trabalhadores com registro em carteira; a queda nas taxas de desemprego; os aumentos reais concedidos ao salário mínimo oficial, que têm afetado positivamente as negociações das categorias profissionais de menor remuneração; a redução no percentual dos índices adotados como referência nas negociações para reposição inflacionária⁴; e, não menos importante, o poder de negociação das entidades sindicais representativas dos trabalhadores.

⁴ A média da inflação acumulada em 12 meses para cada data-base no primeiro semestre de 2010 foi de 4,89%, segundo o INPC-IBGE. Em 2008 e 2009, também para os primeiros seis meses de cada ano, foram, respectivamente, 5,67% e 6,06%.

Anexos

Composição do Painel

No presente estudo, foram analisados os reajustes salariais obtidos em negociação coletiva por 290 unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE. Desse total, 10% correspondiam a negociações que resultaram na formalização de acordos coletivos de trabalho e 90%, em convenções coletivas de trabalho (Tabela 9).

Tabela 9
Distribuição dos reajustes salariais analisados, por tipo de instrumento
Brasil, 2008 a 2010

Tipo de Instrumento	nº	%
Acordo Coletivo de Trabalho	29	10,0
Convenção Coletiva de Trabalho	261	90,0
Total	290	100,0

*Fonte: DIEESE, SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Acordo Coletivo de Trabalho é o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores diretamente com as empresas, e Convenção Coletiva de Trabalho, o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas*

Quanto à data-base das negociações analisadas, os meses de maio, janeiro e março destacam-se como os de maiores concentrações de reajustes neste estudo. Chama a atenção o aumento do número de negociações com data-base em janeiro, ocorrido em 2010. Em parte, esse acontecimento pode ser explicado pelo fato de o reajuste do salário mínimo neste ano ter ocorrido nesse mês, o que levou algumas categorias a mudarem suas datas-base para o período (Tabela 10).

Tabela 10
Distribuição dos reajustes salariais, por data-base
Brasil, 2008 a 2010

Data-base	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Janeiro	43	14,8	44	15,2	61	21,0
Fevereiro	25	8,6	29	10,0	21	7,2
Março	71	24,5	71	24,5	69	23,8
Abril	34	11,7	33	11,4	32	11,0
Maio	107	36,9	103	35,5	99	34,1
Junho	10	3,4	9	3,1	8	2,8
Julho	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	1	0,3	-	-
Setembro	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	-
TOTAL	290	100,0	290	100,0	290	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: As mudanças no número de reajustes por data-base entre os anos analisados, assim como a ocorrência de um reajuste salarial no segundo semestre de 2009, decorrem de mudanças das datas-base das negociações analisadas

Quanto à distribuição setorial dos reajustes analisados, aproximadamente 43% das informações analisadas correspondiam a negociações ocorridas na indústria, 13% no comércio e 45% em serviços, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11
Distribuição dos reajustes salariais, por setor e atividade econômica
Brasil, 2008 a 2010

Setor / Atividade Econômica	nº	%
INDÚSTRIA	124	42,8
Alimentação	13	4,5
Artefatos de Borracha	1	0,3
Cinematográfica	1	0,3
Construção e Mobiliário	31	10,7
Extrativista	2	0,7
Gráfica	10	3,4
Metalúrgica	23	7,9
Papel	2	0,7
Química e Farmacêutica	9	3,1
Fiação e Tecelagem	4	1,4
Urbana	13	4,5
Vestuário	15	5,2
COMÉRCIO	37	12,8
Varejista e Atacadista	28	9,7
Minérios e Derivados de Petróleo	8	2,8
Propagandistas e Vendedores Prod. Farmacêuticos	1	0,3
SERVIÇOS	129	44,5
Agentes Autônomos no Comércio	1	0,3
Bancos e Seguros Privados	7	2,4
Comunicação	12	4,1
Cultura Física	1	0,3
Difusão Cultural	7	2,4
Educação	26	9,0
Processamento de Dados	5	1,7
Segurança e Vigilância	13	4,5
Serviços de Saúde	8	2,8
Transportes	20	6,9
Turismo e Hospitalidade	29	10,0
Total	290	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto à distribuição dos reajustes salariais analisados segundo as regiões geográficas, a maior parte das unidades de negociação pertencia à região Sudeste (37%), seguida pelas regiões Sul (25%), Nordeste (21%), Centro-Oeste (11%) e Norte (7%). As negociações com abrangência nacional ou inter-regional representaram cerca de 1% do total,

com apenas duas negociações. Na tabela 12, são apresentados os dados regionais desagregados pelas Unidades da Federação.

TABELA 12
Distribuição dos reajustes salariais, por região geográfica e unidade da federação
Brasil, 2008 a 2010

Região/UF	nº	%
NORTE	19	6,6
Amazonas	12	4,1
Pará	4	1,4
Rondônia	2	0,7
Roraima	1	0,3
NORDESTE	60	20,7
Alagoas	3	1,0
Bahia	27	9,3
Ceará	12	4,1
Paraíba	3	1,0
Pernambuco	7	2,4
Piauí	2	0,7
Rio Grande do Norte	6	2,1
CENTRO-OESTE	31	10,7
Distrito Federal	10	3,4
Goiás	17	5,9
Mato Grosso	2	0,7
Mato Grosso do Sul	2	0,7
SUDESTE	107	36,9
Espírito Santo	6	2,1
Minas Gerais	29	10,0
Rio de Janeiro	37	12,8
São Paulo	35	12,1
SUL	71	24,5
Paraná	17	5,9
Rio Grande do Sul	33	11,4
Santa Catarina	21	7,2
BR(*)	2	0,7
TOTAL	290	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: (1) Reajustes salariais definidos em acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência nacional ou inter-regional.

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE. Os documentos foram remetidos ao Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho do DIEESE que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra probabilística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta num documento formalizado entre as partes.
5. Nos estudos realizados entre 1996 e 2008 foram considerados reajustes referentes a um conjunto de categorias profissionais que ano a ano formavam um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações de reajustes salariais de categorias pertencentes a um painel fixo. No momento, este painel conta com 845 unidades de negociação/ano.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas pelas demais.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.

10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal; e no texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Josinaldo José de Barros - Presidente
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente
STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres – Secretário
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Ana Tércia Sanches – Diretora
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Antonio de Sousa – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricitários da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba
Maria das Graças de Oliveira – Diretora
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de PE
José Maurício da Silva – Diretor
STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica Responsável

Luís Augusto Ribeiro Costa
Mahatma Ramos dos Santos

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Eliana Elias
Joana Biava
José Silvestre Prado de Oliveira
Paulo Jager
Rafael Soares Serrao
Regina Camargos
Sérgio Mendonça
Vera Mattar Gebrim

Revisão de texto

Iara Heger